



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde

CONVÊNIO N.º 0538/2008

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A **FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE E O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL (SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS/MT)**, VISANDO A EXECUÇÃO DE SISTEMA DE RESÍDUOS SÓLIDOS.

Aos dias do mês de dezembro do ano de dois mil e oito, a **FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE – FUNASA**, criada pela Lei nº 8.029 de 12.04.1990, com Estatuto aprovado pelo Decreto nº 4.727 de 09.06.2003, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ/MF sob o n.º 26.989.350/0001-16, sediada no Setor de Autarquias Sul – SAS, Quadra 4, Bloco "N", 5º andar, na cidade de Brasília/DF, doravante denominada **CONCEDENTE**, neste ato representada por seu Presidente, **FRANCISCO DANILO BASTOS FORTE**, nomeado pela Portaria nº 357 de 30.4.2007, publicado no Diário Oficial da União nº 83 de 2.5.2007, portador da Carteira de Identidade nº 652221, expedida pela SSP/CE e do CPF/MF nº 121.337.283-68 e o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL/MT**, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ/MF sob o n.º 08.979.143/0001-07, sediado na Av. Doutor Guilherme Pinto Cardoso, 539 - Centro, doravante denominado **CONVENIENTE**, neste ato representada por seu Presidente, **ANTÔNIO DE ANDRADE JUNQUEIRA**, portador da Carteira de Identidade nº 4.903.441, expedida pela SSP/SP e do CPF/MF nº 803.101.418-34, residente no município de São José dos Quatro Marcos, consoante o Processo nº 25100.046586/2008-17, declaram-se cientes de que o presente convênio, bem como a sua execução sujeitam-se às disposições contidas nas legislações a seguir relacionadas: Inciso VII do artigo 30 da Constituição Federal; Decreto nº 6.170, de 25.7.07; Portaria Interministerial MPOG/SRH e SOF nº 127 de 29.05.08; Lei nº 11.107 de 06.04.05; Decreto nº 6.017 de 17.01.07; Lei nº 8.080 de 19.09.90; Decreto nº 20 de 01.02.91; Lei nº 8.666 de 21.06.93 e suas alterações; Lei nº 9.452 de 20.03.97; Lei nº 10.180 de 06.02.01; Decreto nº 4.185, de 05.04.02, no que couber; Portarias/FUNASA nº 723 de 24.07.07 e nº 544, de 14.05.08; Portaria/GM/MS nº 1074 de 29.05.08; Lei de Diretrizes Orçamentárias; Decreto 5.504 de 05.08.05, e demais legislações correlatas, **RESOLVEM** celebrar o presente Convênio, mediante as disposições expressas nas Cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente Convênio a execução de Sistema de Resíduos Sólidos, conforme Plano de Trabalho, que é parte integrante deste Instrumento, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

Para a consecução do objeto expresso na Cláusula Primeira, competirá:

I – À CONCEDENTE:

- a) garantir os recursos financeiros para a execução deste Convênio, na forma do Cronograma de Desembolso apresentado no Plano de Trabalho, observada a sua disponibilidade financeira e as determinações contidas na Portaria-Funasa nº 544, de 14.05.08;
- b) no ato de celebração do convênio ou contrato de repasse, a **CONCEDENTE** deverá empenhar o valor total a ser transferido no exercício e efetuar, no caso de convênio ou contrato de repasse com vigência plurianual, o registro no SIAFI, em conta contábil específica, dos valores programados para cada exercício subsequente;
- c) apoiar os procedimentos técnicos e operacionais a serem executados, prestando a necessária assistência, excluída, nas obras e nos serviços de engenharia, a responsabilidade técnica solidária com o projetista e o fiscal do **CONVENENTE**;
- d) acompanhar, supervisionar, orientar e fiscalizar as ações relativas à execução deste Convênio;
- e) analisar e manifestar-se sobre a Prestação de Contas dos recursos transferidos por força deste Convênio;
- f) notificar a Câmara Municipal, com sede no Município, da respectiva assinatura do convênio (§ 2º do art. 116 da Lei nº 8.666/93), e, também, notificar a Câmara Municipal quando da liberação dos recursos à conta daqueles instrumentos. (Lei nº 9.452/97);
- g) a obrigatoriedade de comunicar à **CONVENENTE** e ao chefe do poder executivo, qualquer situação de irregularidade relativa à prestação de contas, que motive suspensão ou impedimento de liberação de novas parcelas; e
- h) apoiar tecnicamente os gestores, técnicos e representantes das comunidades na implementação e avaliação do Projeto de Educação em Saúde e Mobilização Social e no exercício do controle social durante todas as fases do projeto de saneamento.

II – AO CONVENENTE

- a) garantir os recursos da contrapartida que será calculada sobre o valor total do objeto e poderá ser atendida por meio de recursos financeiros e de bens ou serviços, se economicamente mensuráveis. Quando financeira, deverá ser depositada na conta bancária específica do convênio ou contrato de repasse em conformidade com os prazos estabelecidos no cronograma de desembolso;

- b) executar as ações necessárias à consecução do objeto deste Convênio;
- c) aplicar os recursos transferidos pela **CONCEDENTE**, exclusivamente, na execução das ações pactuadas, ressalvada a destinação às medidas a serem implementadas no projeto básico ou termo de referência, no caso de sua apresentação ter sido exigida após a celebração do instrumento, de acordo com o art. 23 e parágrafos da Portaria Interministerial nº 127/08;
- d) aplicar os recursos deste Convênio, total e parcialmente, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão de uso for igual ou superior a um mês, e em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou em operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal, se a previsão de uso for de prazo menor do que um mês;
- e) apresentar à **CONCEDENTE**, sempre que solicitado, relatório técnico das atividades desenvolvidas;
- f) responsabilizar-se tecnicamente pelo bom desempenho da execução de obras e serviços de engenharia;
- g) designar profissional qualificado, especificamente, para atuar na condição de responsável técnico pelo acompanhamento e pela fiscalização de obras e de serviços de engenharia;
- h) facilitar a supervisão e a fiscalização de obras e de serviços de engenharia, pela **CONCEDENTE**, permitindo-lhe efetuar acompanhamento *in loco* e fornecimento, quando solicitadas, as informações e os documentos relacionados à execução dos trabalhos, em especial:
 - h.1) ordem de serviço para o início de obra ou de serviços de engenharia;
 - h.2) proposta de preço da contratada;
 - h.3) número do contrato;
 - h.4) nome da empresa contratada;
 - h.5) cronograma físico-financeiro;
 - h.6) diário de obras; e
 - h.7) Anotação de Responsabilidade Técnica junto ao Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura - ART/CREA do responsável técnico;
- i) registrar em sua contabilidade analítica os atos e fatos administrativos de gestão dos recursos alocados por força do Convênio;
- j) garantir a presença do responsável técnico, por obra e serviços de engenharia, nas supervisões e fiscalizações efetuadas pela **CONCEDENTE**;

- k) manter os recursos transferidos pela **CONCEDENTE** em conta bancária individualizada, aberta exclusivamente para esse fim;
- l) manter arquivo individualizado de toda documentação comprobatória das despesas realizadas em virtude deste Convênio, sendo que todos os documentos deverão ser emitidos em nome do **CONVENIENTE**, citando o número deste Convênio, devendo estes ficarem à disposição dos Órgãos de controle, coordenação e supervisão do Governo Federal e, em especial, da **CONCEDENTE**, por um prazo de 10 (dez) anos, contados a partir da data da aprovação da Prestação de Contas final;
- m) prestar contas à **CONCEDENTE**, na forma da Legislação e Normas aplicáveis de todos os recursos que lhe forem transferidos, devolvendo monetariamente atualizados, aqueles não aplicados, inclusive da contrapartida;
- n) incluir os recursos recebidos provenientes deste Convênio no respectivo orçamento;
- o) atender ao disposto na Portaria/FUNASA nº 723/07, de 24.07.07, quanto aos critérios e procedimentos para aplicação de recursos financeiros, na conformidade das políticas e diretrizes definidas no planejamento estratégico das linhas de ações para a consecução dos objetivos da **CONCEDENTE**;
- p) afixar, no caso de obras e serviços de engenharia, Placa de Identificação, conforme modelo definido pela **CONCEDENTE**;
- q) notificar os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais, com sede no Município, da respectiva liberação, no prazo de 02 (dois) dias úteis, a partir do recebimento do recurso. (Lei n.º 9.452/97, e mensagem STN/CONED n.º 2004/427241);
- r) sujeitar-se, quando da execução de despesas com recursos transferidos, às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas federais pertinentes ao assunto em relação a licitação e contratos e em especial quando da contratação de terceiros;
- s) garantir a utilização de "Pregão" nas contratações de bens e serviços comuns, em cumprimento ao Decreto nº 5.504 de 5.8.05; e
- t) disponibilizar, por meio da internet ou, na sua falta, em sua sede, em local de fácil visibilidade, consulta ao extrato do convênio ou outro instrumento utilizado, contendo, pelo menos, objeto, a finalidade, os valores e as datas de liberações e detalhamento da aplicação dos recursos, bem como as contratações realizadas para a execução do objeto pactuado.

SUBCLÁUSULA ÚNICA – O **CONVENIENTE** deve apresentar, executar e avaliar em seu âmbito de atuação, o Projeto de Educação em Saúde e Mobilização Social nos convênios de saneamento, condição específica das Portarias nº 723/2007, nº 827/2007 e nº 828/2007, como estratégia integrada para alcançar os indicadores de impacto correspondentes, de modo a estimular o controle social e a participação da comunidade beneficiada:

- a) os projetos de Educação em Saúde e Mobilização Social integram os processos de projetos e de convênios encaminhados para análise e aprovação da Funasa;
- b) os projetos conterão ações e estratégias de educação em saúde e mobilização social que propiciem a participação permanente da comunidade beneficiária durante as fases de planejamento, implantação e operação das obras e serviços de saneamento a fim de garantir o controle social e contribuir para a sustentabilidade dos serviços;
- c) os projetos serão acompanhados e avaliados pelas equipes de educação em saúde da Funasa;
- d) o **CONVENENTE** deve ter uma equipe responsável pela coordenação da formulação e execução do Projeto de Educação em Saúde e Mobilização Social no município;
- e) o Coordenador do Projeto será o interlocutor preferencial do **CONVENENTE** com as instâncias constituídas pela Funasa.
- f) os recursos para o financiamento das ações de Educação em Saúde serão oriundos do próprio **CONVENENTE**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A Prestação de Contas deverá ser apresentada em até 60 (sessenta) dias após o final da vigência do Convênio, ou do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior àquela do encerramento da vigência, devendo, ainda, ser instruída com os seguintes documentos:

- I - relatório de cumprimento do objeto;
- II - declaração de realização dos objetivos a que se propunha o instrumento;
- III - relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso;
- IV - relação dos treinados ou capacitados, quando for o caso;
- V - relação dos serviços prestados, quando for o caso;
- VI - comprovante de recolhimento do saldo de recursos, quando houver; e
- VII - termo de compromisso por meio do qual o **CONVENENTE** será obrigado a manter os documentos relacionados ao convênio ou contrato de repasse, nos termos do § 3º do art. 3º da Portaria Interministerial nº 127/08.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA – Quando, por previsão no Cronograma de Desembolso ou por indisponibilidade financeira, a liberação do recurso, ocorrer em mais de uma parcela, o **CONVENENTE**, em até 60(sessenta) dias após a liberação da primeira parcela, deverá apresentar a prestação de contas parcial, composta dos documentos relacionados no art. 58 da Portaria Interministerial nº 127/08. Somente após a análise e aprovação pela **CONCEDENTE**, da prestação de contas parcial é que se dará a liberação das demais parcelas.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA – A qualquer tempo, quando detectada qualquer irregularidade na execução do convênio, os técnicos da **CONCEDENTE**, mediante a emissão de relatório técnico conclusivo, poderão solicitar a suspensão do repasse de recursos e/ou o bloqueio dos recursos repassados, sendo que as parcelas subsequentes à primeira, no caso de relatório técnico desfavorável, somente serão liberadas após saneamento das pendências do referido relatório pelo ente **CONVENIENTE**, conforme § 1º do art. 1º da Portaria/Funasa nº 544/08.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA – É obrigatória a restituição pelo **CONVENIENTE** à **CONCEDENTE** de eventual saldo de recursos, inclusive os provenientes das receitas obtidas em aplicações financeiras, na data da conclusão ou da extinção deste Convênio.

SUBCLÁUSULA QUARTA – Decorrido o prazo da Subcláusula Primeira, sem que a irregularidade tenha sido sanada ou adimplida a obrigação, a **CONCEDENTE**, sob pena de responsabilidade no caso de omissão, comunicará o fato ao órgão de controle interno a que estiver jurisdicionado, providenciará, junto à unidade de contabilidade analítica competente, a instauração de Tomada de Contas Especial e procederá, no âmbito do SIAFI, no cadastro de Convênios, ao registro da inadimplência.

SUBCLÁUSULA QUINTA – Na ocorrência de cancelamento da inscrição de Restos a Pagar, deverá ser observado o quantitativo de execução da etapa realizada e se houve funcionalidade.

CLÁUSULA QUARTA – DAS DECLARAÇÕES DO CONVENIENTE

O **CONVENIENTE** declara para fins específicos deste Convênio, que:

- a) instituiu, regulamentou e arrecada todos os impostos de sua competência, previstos na Constituição Federal, quando se aplicar;
- b) os subprojetos ou sub-atividades contemplados pelas transferências estão incluídos na lei orçamentária da esfera do governo a que estiver subordinada a unidade beneficiada ou em créditos adicionais abertos, ou em tramitação no Legislativo local;
- c) atende às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 04.05.00);
- d) tem pleno conhecimento dos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, que dispõe sobre diretrizes, para a elaboração da Lei Orçamentária Anual, principalmente no que se refere a obrigatoriedade da contrapartida e do Decreto que dispõe sobre limites de contrapartida e que é de sua inteira responsabilidade a alocação de recursos em valor superior ao limite máximo definido na legislação retromencionada, quando for o caso;



- e) assume o compromisso de manter em operação e dar manutenção, quando for o caso, aos sistemas públicos resultantes de obras e de serviços de engenharia;
- f) comunicou ao conselho de saúde local sobre a proposta de projeto;
- g) não está inadimplente com:
 - g.1) a União (Fazenda Nacional), inclusive no que concerne às contribuições relativas ao PIS/PASEP, de que trata o art. 239 da Constituição Federal;
 - g.2) a contribuição para a Seguridade Social (INSS), de que trata o art. 195 da Constituição Federal;
 - g.3) as contribuições para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e
 - g.4) a prestação de contas relativa aos recursos anteriormente recebidos da administração pública federal, através de Convênios, acordos, ajustes, subvenções sociais, contribuições, auxílios e similares.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

A **CONCEDENTE**, por força deste Convênio, transferirá à **CONVENIENTE** recursos no valor total de R\$ 5.700.000,00 (cinco milhões e setecentos mil reais), sendo que, sobre R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), a despesa ocorrerá à conta de dotação orçamentária consignada no Programa de Trabalho: 10.512.8007.10GG.0001, UG 255000, Gestão 36.211, conforme discriminação abaixo, e, sobre R\$ 3.850.000,00 (três milhões e oitocentos e cinquenta mil reais), ocorrerá à conta de dotação orçamentária a ser consignada, oportunamente, mediante termo aditivo:

- Fonte: 0151 - ED: 4470.42 - R\$ 1.000.000,00 - NE nº 004613 De 30.12.08

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA – A **CONCEDENTE** transferirá os recursos previstos nesta Cláusula em favor do **CONVENIENTE**, em conta bancária específica vinculada a este Instrumento, conforme o cronograma de desembolso e o disposto na Portaria/Funasa n.º 544/08, de 14.05.08, somente sendo permitidos saques para o pagamento de despesas previstas no Plano de Trabalho, mediante cheque nominativo ao credor ou ordem bancária, transferência eletrônica disponível ou outra modalidade de saque autorizada pelo Banco Central do Brasil, em que fique identificada sua destinação e, no caso de pagamento, o credor, e ainda para aplicação no mercado financeiro.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA – A liberação da parcela única ou da primeira das parcelas de recursos deste Convênio fica condicionada à aprovação do projeto básico, na forma prevista no art. 23 da Portaria Interministerial nº 127/08.

CLÁUSULA SEXTA – DA CONTRAPARTIDA

O **CONVENENTE** se obriga a aplicar, na consecução dos fins pactuados por este Convênio recursos próprios no total de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), a título de contrapartida, conforme descrito no Plano de Trabalho, observado o disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO

A **CONCEDENTE** exercerá função gerencial fiscalizadora durante o período regulamentar da execução e da prestação de contas deste Convênio, através da Coordenação Regional da Funasa no respectivo Estado, ficando assegurado aos seus agentes qualificados, o poder discricionário de reorientar ações e de acatar ou não justificativas com relação às eventuais disfunções havidas na sua execução, sem prejuízo da ação das unidades de controle interno e externo.

Parágrafo Primeiro – A execução será acompanhada e fiscalizada de forma a garantir a regularidade dos atos praticados e a plena execução do objeto, respondendo O **CONVENENTE** pelos danos causados a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do convênio.

Parágrafo Segundo – Os agentes que fizerem parte do ciclo de transferência de recursos são responsáveis, para todos os efeitos, pelos atos que praticarem no acompanhamento da execução do convênio.

Parágrafo Terceiro – Os processos, documentos ou informações referentes à execução deste convênio não poderão ser sonegados aos servidores da **CONCEDENTE** e dos órgãos de controle interno e externo do Poder Executivo Federal.

Parágrafo Quarto – Aquele que, por ação ou omissão, causar embaraço, constrangimento ou obstáculo à atuação dos servidores da **CONCEDENTE**, e dos órgãos de controle interno e externo do Poder Executivo Federal, no desempenho de suas funções institucionais relativas ao acompanhamento e fiscalização dos recursos federais transferidos, ficará sujeito à responsabilização administrativa, civil e penal.

Parágrafo Quinto – A **CONCEDENTE** deverá prover as condições necessárias à realização das atividades de acompanhamento do objeto pactuado, conforme o Plano de Trabalho e a metodologia estabelecida no instrumento, programando visitas ao local da execução com tal finalidade que, caso não ocorram, deverão ser devidamente justificadas.

Parágrafo Sexto – A execução do convênio ou contrato de repasse será acompanhada por um representante da **CONCEDENTE**, especialmente designado e registrado no SICONV, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à consecução do objeto, adotando as medidas necessárias à regularização das falhas observadas.

Parágrafo Sétimo – A **CONCEDENTE** deverá registrar no SICONV os atos de acompanhamento da execução do objeto.

Parágrafo Oitavo – A **CONCEDENTE**, no exercício das atividades de fiscalização e acompanhamento da execução do objeto, poderá:

I - valer-se do apoio técnico de terceiros;

II - delegar competência ou firmar parcerias com outros órgãos ou entidades que se situem próximos ao local de aplicação dos recursos, com tal finalidade; e

III - reorientar ações e decidir quanto à aceitação de justificativas sobre impropriedades identificadas na execução do instrumento.

Parágrafo Nono – No acompanhamento e fiscalização do objeto serão verificados:

I - a comprovação da boa e regular aplicação dos recursos, na forma da legislação aplicável;

II - a compatibilidade entre a execução do objeto, o que foi estabelecido no Plano de Trabalho, e os desembolsos e pagamentos, conforme os cronogramas apresentados;

III - a regularidade das informações registradas pelo **CONVENENTE** no SICONV; e

IV - o cumprimento das metas do Plano de Trabalho nas condições estabelecidas.

Parágrafo Décimo – A **CONCEDENTE** comunicará ao **CONVENENTE** e ao interveniente, quando houver, quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos, ou outras pendências de ordem técnica ou legal, e suspenderá a liberação dos recursos, fixando prazo de até trinta dias para o saneamento das impropriedades, ou apresentação de informações e esclarecimentos, podendo ser prorrogado por igual período.

Parágrafo Décimo Primeiro – Recebidos os esclarecimentos e informações solicitadas, a **CONCEDENTE** disporá do prazo de dez dias para apreciá-los e decidir quanto à aceitação das justificativas apresentadas, sendo que a apreciação fora do prazo previsto não implica aceitação das justificativas apresentadas.

Parágrafo Décimo Segundo – Caso não haja a regularização no prazo previsto, a **CONCEDENTE**:

I - realizará a apuração do dano; e

II - comunicará o fato ao **CONVENENTE** para que seja ressarcido o valor referente ao dano.

Parágrafo Décimo Terceiro – O não atendimento das medidas saneadoras previstas no § 10º ensejará a instauração de tomada de contas especial.

SUBCLÁUSULA ÚNICA – Para efeito de obras e serviços de engenharia, a função gerencial fiscalizadora realizar-se-á mediante verificação *in loco* da execução das metas programadas, conforme o projeto técnico aprovado.

CLÁUSULA OITAVA – DA PUBLICIDADE

Eventual publicidade de aquisições, serviços ou de quaisquer outros atos executados em função deste Convênio, ou que com ele tenham relação, deverá observar o disposto nas Instruções Normativas nº 31 de 10/09/2003 e nº 32 de

22/12/2003, da Secretaria de Comunicação de Governo da Presidência da República, devendo ter caráter meramente informativo, nela não podendo constar nomes, símbolos, ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou de servidores públicos em geral.

Parágrafo Primeiro – Aos atos de celebração, alteração, liberação de recursos, acompanhamento da execução e a prestação de contas dos convênios e contratos será dada publicidade em sítio eletrônico específico.

Parágrafo Segundo – A **CONCEDENTE** notificará, facultada a comunicação por meio eletrônico, no prazo de até dez dias, a celebração do instrumento à Assembléia Legislativa ou à Câmara Legislativa ou à Câmara Municipal do conveniente ou contratado, conforme o caso. No caso de liberação de recursos, o prazo será de dois dias úteis.

CLÁUSULA NONA – DAS PROIBIÇÕES

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA – É vedada a alteração do objeto do convênio ou contrato de repasse, exceto no caso de ampliação da execução do objeto pactuado ou para redução ou exclusão de meta, sem prejuízo da funcionalidade do objeto contratado.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA – É proibida a contratação de pessoal com os recursos transferidos pela **CONCEDENTE**, exceto quando imprescindível para o cumprimento exclusivo do objeto do Convênio, observados, no que se aplicar, os preceitos legais sobre a contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público ou sobre a contratação por prazo determinado no regime celetista.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA – Havendo contratação entre o **CONVENENTE** e terceiros visando à execução de serviços vinculados ao objeto do Convênio, tal contratação não induzirá a **CONCEDENTE** em solidariedade jurídica, sendo que o **CONVENENTE** arcará com todos os ônus de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária ou social, decorrentes da execução deste Convênio.

SUBCLÁUSULA QUARTA – É vedada ao **CONVENENTE** a celebração de outros Convênios com o mesmo objeto deste, exceto quando se tratar de ações complementares.

SUBCLÁUSULA QUINTA – É vedada a transferência de recursos para clubes, associações de servidores ou quaisquer entidades congêneres, exceto para creches e escolas para o atendimento pré-escolar.

SUBCLÁUSULA SEXTA – Não poderão ser pagas com os recursos transferidos pela **CONCEDENTE** as seguintes despesas:

- a) realizar despesa em data anterior à vigência do instrumento;
- b) efetuar pagamento em data posterior à vigência do instrumento, salvo se expressamente autorizada pela autoridade competente da **CONCEDENTE** ou

contratante, desde que o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a vigência do instrumento pactuado;

- c) as decorrentes de taxas bancárias, multas, juros, ou correção monetária inclusive, relativas a pagamentos ou recolhimentos realizados fora dos respectivos prazos;
- d) as relativas às taxas de administração, gerência ou similar;
- e) pagar, a qualquer título, a servidor ou empregado público, integrante de quadro de pessoal de órgão ou entidade pública da administração direta ou indireta, por serviços de consultoria ou assistência técnica, salvo nas hipóteses previstas em leis específicas e na Lei de Diretrizes Orçamentárias; e
- f) utilizar, ainda que em caráter emergencial, os recursos para finalidade diversa da estabelecida no instrumento, ressalvado o custeio da implementação das medidas de preservação ambiental inerentes às obras constantes do Plano de Trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA CONTINUIDADE

Na hipótese de paralisação ou de fato relevante que venha a ocorrer, fica facultado à **CONCEDENTE** assumir a execução do objeto deste Convênio, de modo a evitar a descontinuidade das ações pactuadas.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA

O presente Convênio terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da data da sua assinatura, exclusivamente, destinados à fase de execução de seu objeto, e em função das metas estabelecidas.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA – Na hipótese de atraso na liberação da primeira ou das demais parcelas, quando for o caso, a **CONCEDENTE** promoverá a prorrogação da vigência do presente Convênio, "de ofício", limitando essa prorrogação ao exato período do atraso verificado.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA – Este Convênio poderá ser alterado a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, desde que não seja modificado seu objeto, devendo a solicitação do **CONVENENTE**, devidamente justificada, ser encaminhada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias da data de término da execução do Convênio, acompanhada da prestação de contas parcial, quando implicar em complementação de recursos financeiros, conforme disposto na Portaria Interministerial nº 127/08.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA – A alteração do presente Convênio, no caso de prorrogação de prazo, será efetuada por Termo Aditivo Simplificado padrão da **CONCEDENTE**, assinado apenas pelo Presidente da **FUNASA** ou a quem for delegado, considerando-se a solicitação do **CONVENENTE**, mediante ofício, no prazo previsto na subcláusula segunda desta cláusula, bastante para respaldar e assegurar a sua manifesta concordância, para todos os efeitos legais.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA – DA RESTITUIÇÃO

O **CONVENENTE** se compromete a restituir os valores que lhe forem transferidos pela **CONCEDENTE**, atualizados monetariamente, desde a data do recebimento, acrescidos de juros legais, na forma aplicável aos débitos para com a Fazenda Nacional, quando:

- a) não for executado o objeto deste Convênio;
- b) não for apresentada, no prazo estipulado, a respectiva prestação de contas parcial ou final; e
- c) os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecido neste Convênio.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA – O **CONVENENTE** se compromete a recolher à conta da **CONCEDENTE** o valor atualizado monetariamente da contrapartida pactuada, quando não comprovar a sua aplicação no objeto do Convênio.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA – O **CONVENENTE** se compromete a recolher à conta da **CONCEDENTE** o valor correspondente aos rendimentos da aplicação no mercado financeiro, referente ao período compreendido entre a liberação dos recursos e a sua utilização, quando não comprovar seu emprego na consecução do objeto deste Convênio, ainda que não tenha feito a aplicação.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA – O **CONVENENTE** se obriga a restituir, eventuais saldos de recursos, inclusive os rendimentos de aplicação financeira, à **CONCEDENTE** ou ao Tesouro Nacional, conforme o caso, na data de sua conclusão ou extinção.

SUBCLÁUSULA QUARTA – a sujeição do convênio ou contrato de repasse e sua execução às normas do Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, bem como do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, e da Portaria Interministerial nº 127/08.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – DA RESCISÃO

O presente Convênio será rescindido, independentemente do instrumento de sua formalização, pelo inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas, particularmente quando constatadas as seguintes situações:

- a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
- b) aplicação dos recursos no mercado financeiro em desacordo com o disposto na Portaria Interministerial nº 127/08;



- c) falta de apresentação das Prestações de Contas Parcial e Final, nos prazos estabelecidos;
- d) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção de informação em qualquer documento apresentado; e
- e) a verificação que qualquer circunstância que enseje a instauração de tomada de contas especial.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA – Na hipótese de rescisão do convênio devido à inadimplência em conformidade com as situações acima, o mesmo estará sujeito à instauração da competente Tomada de Contas Especial.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA – O convênio poderá ser denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, não sendo admissível cláusula obrigatória de permanência ou sancionadora dos denunciantes.

Parágrafo único: Quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do convênio ou contrato de repasse, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à entidade ou órgão repassador dos recursos, no prazo improrrogável de trinta dias do evento, sob pena da imediata instauração de tomada de contas especial do responsável.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA – DOS MATERIAIS ADQUIRIDOS E CESSÃO DE BENS

Os bens remanescentes compreendidos como sendo os equipamentos e materiais permanentes adquiridos com recursos do convênio, necessários à consecução do objeto, mas que não se incorporam a estes, serão de propriedade da **CONCEDENTE**.

SUBCLÁUSULA ÚNICA – Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério da **CONCEDENTE**, serem doados quando, após a consecução do objeto, forem necessários para assegurar a continuidade de programa governamental, observado o disposto no respectivo termo e na legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

A eficácia deste convênio fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial da União, que será providenciada pela **CONCEDENTE**, no prazo de até 20 (vinte) dias a contar da data da sua assinatura.



CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA – DO FORO


Dúvidas e omissões serão resolvidas na esfera administrativa dos partícipes, ficando, na esfera judicial, eleito o foro da Justiça Federal - Seção Judiciária do Distrito Federal, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.

E, por estarem de acordo, lavrou-se o presente Instrumento, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para todos os fins de direito, as quais foram lidas e assinadas pelas partes, na presença das testemunhas abaixo que a tudo assistiram.

Pela **CONCEDENTE**

Pelo **CONVENENTE**

FRANCISCO DANILO BASTOS FORTE
Presidente da FUNASA



ANTÔNIO DE ANDRADE JUNQUEIRA
Presidente do Consórcio

Testemunhas:

Nome:
CPF:
R.G.:

Nome:
CPF:
R.G.:

MINISTÉRIO DA SAÚDE

CADASTRO DO ÓRGÃO OU
ENTIDADE E DO DIRIGENTE

ANEXO I

01 - IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO OU ENTIDADE

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL/MT

02 - CNPJ 08.979.143/0001-07		03 - EXERCÍCIO 2008		
04 - ENDEREÇO COMPLETO AVENIDA DR. GUILHERME PINTO CARDOSO, 539 - CENTRO			05 - EA 3	06 - TIPO 1
07 - MUNICÍPIO SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS		08 - CAIXA POSTAL -	09 - CEP 78.285-000	10 - UF MT
11 - DDD (65)	12 - FONE 3251-1115 / 9973-5078	13 - FAX 3251-1115	14 - E-MAIL nascentesdopantanal@gmail.com	
15 - UNIDADE GESTORA -		16 - MOD. GESTÃO -	17 - CNAS - REGISTRO/DATA -	

II - IDENTIFICAÇÃO DO DIRIGENTE DO ÓRGÃO OU ENTIDADE

18 - NOME DO DIRIGENTE DA ENTIDADE ANTÔNIO DE ANDRADE JUNQUEIRA			19 - CPF 803.101.418-34	
20 - CARGO OU FUNÇÃO Presidente	21 - DATA DA POSSE 21.07.2007	22 - N.º RG 4.903.441	23 - EXPEDIÇÃO/DATA 07.03.1969	24 - ÓRGÃO EXPEDIDOR SSP/SP
25 - ENDEREÇO RESIDENCIAL COMPLETO AVENIDA LUIZ BARBOSA, 657 - CENTRO				
26 - FONE RESIDENCIAL (65) 3251-1310	27 - MUNICÍPIO SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS		28 - CEP 78.285-000	29 - UF MT
30 - População do Município segundo último censo do IBGE (www.ibge.gov.br)			Em milhares de pessoas 19.001	

31. AUTENTICAÇÃO

LOCAL	DATA	ASSINATURA DO DIRIGENTE OU DO SEU REPRESENTANTE LEGAL
-------	------	---

OBSERVAÇÃO: Na hipótese de haver outro participante (ex: um interveniente ou executor), deverá ser preenchido outro Anexo I.

